

Resistências ao novo plano de Lúcio Costa

PELAGIO GONDIM
Da Editoria de Cidade

As propostas do documento "Brasília, de 57 a 85", seriam perfeitas se não fossem autoritárias. Isso é o pensamento da maioria dos empresários da construção civil de Brasília. E desse pensamento compactua um grupo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e do Sindicato dos Arquitetos. Ambos segmentos entendem que os construtores de Brasília, antes de tentar impor o que deve ou não ser mudado na cidade, têm que ouvir as criaturas que aqui vivem.

Ainda no Governo Ornellas, os empresários apresentaram-lhe várias propostas para reaquecer a construção civil e combater o elevado índice de desemprego na capital do País. Essas propostas, em sua grande maioria, não sugeriam radicais alterações no Plano Piloto, mas mostravam alternativas para reduzir o déficit de habitações no Distrito Federal, que hoje, segundo levantamento feito pelo Sindicato dos Corretores de Imóveis, chega a 70 mil moradias.

Mas foi em 1981 — portanto, antes do Governo Ornellas — que o grupo de arquitetos começou a estudar os problemas urbanísticos de Brasília. A preocupação do grupo incluía a preservação da identidade urbanística e cultural da cidade,

de, a reutilização dos espaços vazios, a humanização de Brasília e o reaquecimento da economia, especialmente a indústria da construção civil, e do nível de emprego.

Ao término do trabalho, os arquitetos começaram a discutir, junto à comunidade, as suas propostas. Elas incluíam, por exemplo, que as superquadras poderiam ter mais de 11 projeções e que os blocos podiam ter mais de seis andares, desde que a área central do Plano Piloto, também pudesse crescer, ficando sempre acima da área habitacional.

Sugeriram, ainda, a construção de apartamentos em cima das lojas da W3 e em cima do Conjunto Nacional. Também defenderam a descentralização das atividades geradoras de empregos, sugerindo por exemplo, a construção de prédios do Governo ao longo da W3 Norte. Condenaram a falta de infra-estrutura e de arborização nos espaços que a população ocupa constantemente, como a área entre a Torre de Televisão e a Rodoviária e entre a Rodoviária e o Congresso Nacional.

Ao concluir o documento, os arquitetos ressaltaram que suas propostas têm que passar, necessariamente, por um amplo debate com todos os segmentos da comunidade, antes que as sugestões sejam adotadas ou simplesmente rejeitadas sem discussão.

Muitos desconhecem e criticam

A grande maioria do empresariado desconhece, com detalhes, a proposta dos arquitetos. O mesmo ocorre quanto ao documento "Brasília, de 57 a 85", cujos subsídios à sua elaboração começaram a ser reunidos em meados de 1984 pela filha de Lúcio Costa, a também arquiteta Maria Elisa. Mas de imediato, eles condenam que as sugestões do documento sejam acatadas e executadas pelo governador José Aparecido sem ouvir outros segmentos da comunidade — no caso, os empresários.

Mesmo porque, eles têm propostas que, conforme acreditam, podem ser incluídas em qualquer plano para melhorar a cidade, desenvolver a economia e reduzir o déficit de habitações. E isso, na opinião dos empresários, não implica em mexer no Plano Piloto.

Para eles, a construção de novas superquadras, como preconiza o documento "Brasília, de 57 a 85", ajuda mas não soluciona o problema. Isso porque, as novas superquadras podem gerar um bom número de habitações, mas serão insignificantes diante do déficit de 70 mil moradias. A solução, portanto, estaria fora do Plano Piloto.

Os empresários acham que a cidade pode crescer, por exemplo, em direção ao Lago Norte e à invasão do Paranoá. Entre o Setor de Mansões e a invasão, há uma grande área desabitada, onde poderiam ser construídas casas para as famílias classe média. O local, aliás, já dispõe de asfalto, transporte, luz, água e telefone — infra-estrutura que serve mais aos habitantes do Setor de Mansões do que aos inúmeros moradores da Vila do Paranoá.

Outra área para expansão: o espaço compreendido entre o Balão do Torto e o Setor de Armazenamento e Abastecimento, considerado pelos empresários um bom local para construir uma nova Octogonal. Seus habitantes poderiam ser famílias de classe média.

Para a classe pobre, os empresários não têm propostas definidas. Acham, entretanto, que o Governo Aparecido não pode, como fez o Governo Ornellas, assentar as famílias de baixa renda em áreas invadidas. Isso, na opinião deles, aumentaria o número de favelas, uma vez que hoje já existem 100 focos de comunidades irregulares, tanto no Plano Piloto como nas cidades-satélites, segundo pesquisa do Sindicato dos Corretores de Imóveis.

Mesmo sem proposta definida, os empresários sugerem que essas famílias invasoras sejam transferidas da região periférica aos núcleos industriais, onde devem ser gerados os empregos para absorver essa mão-de-obra ociosa. Observam os empresários que sem desenvolver a indústria de Brasília, o problema continuará existindo, mudando apenas do Plano Piloto para a periferia, onde, aliás, a situação social já é caótica.

O condomínio privê rural, segundo os empresários, gera mais lucros que despesas ao Governo. O maior trabalho do Governo seria definir o tamanho da área, criar impostos, licitar terrenos, enfim, normatizar o condomínio, que é regido pelo Código Civil Brasileiro. Já os condôminos arcaíam com os gastos de infra-estrutura, com os impostos e com outros cuidados.